

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Jefferson Aleff Bezerra Batista ¹
Mateus Leite Frota ²

RESUMO

As novas ferramentas tecnológicas podem ser utilizadas para transformar a metodologia dos docentes em suas respectivas áreas de conhecimento, vincular a tecnologia educativa com o conteúdo torna a sala de aula mais convidativa e instigante para aqueles que à frequentam, é necessário que o professor saiba associar o uso das metodologias ativas aos conteúdos pedagógicos, para que dessa maneira o uso das tecnologias da informação e comunicação possa auxiliar no processo de ensino aprendizagem. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo contribuir com a aplicabilidade da Lei 10639/03 nas práticas pedagógicas, através da construção de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's, para promoção da equidade racial no ambiente acadêmico. Trata-se de uma pesquisa metodológica, com abordagem qualitativa de caráter exploratório. Durante o desenvolvimento das tecnologias, buscou-se em todo momento priorizar a leitura de fácil compreensão e imagens explicativas, contribuindo para a facilitação do entendimento de assuntos que versão a história e a cultura afro-brasileira e africana. Conclui-se que o desenvolvimento e aplicação de tecnologias educativas no ambiente acadêmico se faz de grande importância para a relação entre discentes e docentes, possibilitando a promoção de uma prática pedagógica antirracista que busca a diminuição dos preconceitos e a valorização da memória cultural dos grupos africanos.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação e Comunicação, Metodologias Ativas, Educação Antirracista.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira apresenta um histórico de desigualdades que ocasiona marcas nos sujeitos, sobretudo aqueles que, por vários séculos, viveram à margem do processo educacional formal deste país: os afrodescendentes. A exclusão dos afrodescendentes, por meio dos manuais e livros que compõem a história, marca a sociedade brasileira ainda na contemporaneidade, como expôs Ribeiro (1995, p. 222) a respeito do tratamento dispensado aos negros, afirmando que “a nação brasileira, comandada por essa gente de mentalidade, nunca fez nada pela massa negra que a

¹ Graduado pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Católica de Quixadá - UNICATÓLICA, jeffersonaleff2@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de Tecnólogo em Gastronomia do Instituto Federal do Ceará - IFCE, mateusfrota@edu.ce.senac.br;

constituía. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudessem educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência”.

Assim, conforme aponta Souza e Crosso (2007), a educação das relações raciais se apresenta na atualidade como uma possibilidade para trabalhar a diversidade e resgatar ações afirmativas para essa população, através do incentivo ao conhecimento sobre a pluralidade Étnico-Racial e da reeducação de atitudes, valores e posturas dos cidadãos, por meio do diálogo e interação com diferentes culturas.

A amplitude do tema abordado, revela o quanto se faz necessário entender que no Brasil, historicamente falando, não há como negar as relações desiguais de poder travadas entre as diferentes matrizes culturais e raciais. A nossa sociedade possui uma vasta diversidade étnica e cultural, entretanto, vivencia-se um sistema excludente, que trata de forma diferenciada, as práticas sociais, políticas e culturais de diferentes grupos étnico-raciais, produzindo, conseqüentemente, as desigualdades sociais.

Segundo Telles (2003), o Brasil sempre vivenciou uma divisão referente às relações raciais a partir de duas correntes de estudos: a primeira se apresenta ao sustentar a crença na democracia racial e apologia da mestiçagem, defendendo a inexistência do racismo; e a segunda, do racismo e da desigualdade racial, que vigora na marginalização de pessoas negras e as impede de desfrutar as oportunidades surgidas com o desenvolvimento econômico brasileiro, bem como a restituição dos direitos de cidadania.

No âmbito educacional, o habitual silêncio em torno do racismo nos espaços escolares evidencia a forma como este espaço reproduz a discriminação racial. Entretanto, a luta antirracista em suas inúmeras dimensões desenvolvida pelo “Movimento Negro”, por pesquisadores(as) negros(as), brancos(as) e docentes, tem colaborado para o rompimento da manutenção do silêncio, estabelecendo novos padrões de lidar com as discriminações raciais, tanto na sociedade como na escola, pois como afirma Cavalleiro (1998, p.182) “o silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação racial no interior da escola”.

Em meio a toda essa discussão e ao estilo de educação ocidental que nos herdamos, negligenciando um ensino que reflita a nossa diversidade étnico-racial, uma das conquistas é a Lei 10.639/03. Tal lei estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, preenchendo lacunas históricas nas diretrizes educacionais ao resgatar uma temática tão negligenciada, embora pouco conhecida e trabalhada nas escolas.

Neste sentido, nosso ponto de partida tem como objetivo contribuir com a aplicabilidade da Lei 10639/03 nas práticas pedagógicas, através da construção de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's, para promoção da equidade racial no ambiente acadêmico. Para a realização da pesquisa, utilizamos o método de pesquisa afrodescendente desenvolvido por Cunha Júnior (2020), que possibilita a/a pesquisadora/or a inserção na ambiência pesquisada como parte da realidade, tendo como finalidade a ação política de transformação social, visibilizando a população negra e suas produções históricas e culturais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma ação metodológica com abordagem qualitativa de caráter exploratório. De acordo com Polit e Beck (2011) a dimensão metodológica elabora instrumentos confiáveis e precisos incluindo o uso de modelos com métodos mistos, que podem ser utilizados por profissionais e pessoas leigas que versam sobre o desenvolvimento, a validação e a avaliação de ferramentas e métodos de pesquisa.

Conforme nos diz Deslauriers (1991, p. 58), “na pesquisa qualitativa, o pesquisador é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado.” O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Gil (2006, p. 43) afirma que “a principal finalidade das pesquisas exploratórias é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando, a formulação de problemas mais explícitos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” Esse estudo tem caráter exploratório por consistir na determinação do campo de pesquisa, dos interessados e suas expectativas, e estabelecer o problema da situação em estudo.

Fundamentados/as no método da afrodescendência, realizamos uma pesquisa bibliográfica, onde usamos como base, narrativas de confrontação ao eurocentrismo, fundamentadas nos estudos de Cunha Júnior (2020), Nascimento (2019) e Barros (2013), que possibilitaram uma leitura e mais complexa e crítica sobre a ancestralidade material e imaterial presente na cultura africana e afro-brasileira. Como forma de superação da ideia de africanos e afrodescendentes serem vistos como subalternos e inferiores culturalmente, optamos por produções acadêmicas que colocam a negritude como protagonista da sua história.

O processo de construção de tecnologias educativas envolve as seguintes etapas: apuração e levantamento de dados, análise de similares, elaboração da tecnologia educativa transformando a linguagem das informações encontradas na literatura para uma melhor compreensão dos leitores, arquitetura de informação, acabamento e revisão e validação do material (CARVALHO E ARAGÃO, 2012).

REFERENCIAL TEÓRICO

O ambiente escolar enquanto um espaço de diversidade necessita corroborar com desafios dos novos tempos, havendo a necessidade de ruptura com os velhos paradigmas, trazendo para seu currículo uma história carregada de elementos e simbolismos que nos faça discutir e refletir a contribuição da população africana no processo civilizatório brasileiro. (LUZ, 2011, p.69). Luz (2011) diz que legitimar essa negritude é de suma importância, pois levar as africanidades para a sala de aula é trazer para o interior da escola a história dos africanos e afrodescendentes.

Os temas das africanidades elencados no espaço escolar, como parte do currículo e das práticas pedagógicas, podem fazer uma grande diferença para o aprendizado dos agentes envolvidos nesse processo transgressor. Trazer essas questões à tona, proporciona a longo prazo uma mudança de paradigma e sobretudo uma ruptura dos velhos costumes que atendem a um parâmetro eurocentrista (BARROS, 2013).

Dias (2006) relata acreditar na contribuição que a escola pode dar no sentido de construção de uma sociedade, realmente, mais democrática e, para a autora, é nesse contexto que a Lei 10.639/03 marca a sua importância. Consciente do risco de ser tomada como demasiadamente otimista, afirma que a Lei “surge a partir da luta de algumas organizações que insistem em modificar a perspectiva de um Estado que nega o racismo institucional para um Estado que paulatinamente aceita a pluralidade étnica, operando para desconstruí-lo” (DIAS, 2004, p. 5).

Ao analisar o texto da Lei, a autora evidencia a clareza e a concisão dele quanto ao que objetiva, ou seja, torna obrigatório o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, o que no texto anterior era difuso e abrangia outras etnias, agora está focado”. (DIAS, 2004, p. 6). Além de aceitar a pluralidade étnica como patrimônio nacional, precisamos nos despir do medo de nos declararmos racistas, que depende da – “transformação radical de nossa estrutura mental herdada do mito da democracia racial”

– (MUNANGA, 2005, p. 18). A partir disto, segundo o autor, poderemos dar um passo adiante no sentido de criar estratégias pedagógicas educativas antirracistas.

A ausência de projetos pedagógicos antirracistas bem articulados sobre os conteúdos previstos na Lei 10.639/03, se dá, inclusive, pela falta de conhecimentos, por parte dos profissionais da educação do ensino básico, para fazer esse trabalho de maneira à ressignificar a história brasileira e a contribuição herdada dos diversos grupos étnicos vindos da África, e que sem sobra de dúvida repercute em diversos campos da cultura nacional.

Nesta direção, o não evidenciamento dos conteúdos vinculados à Lei acaba fortalecendo, ainda mais, os impactos do mito da democracia racial vivido e mantido no Brasil por décadas, inclusive com implicações nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, portanto, nos processos educativos junto aos estudantes. É do conhecimento da escola e de seus profissionais a presença da diversidade.

O que falta nesse contexto é o reconhecimento desse fato, como algo relevante, importante, necessário e que pode servir como contribuição ao trabalho pedagógico, que implicará na relação com os alunos e entre eles, na relação com as famílias, e destas entre si, nas comunidades, já que a população, até então reconhecida como herdeira da escravização, passaria a ser reconhecida como importante elemento histórico da cultura nacional, em toda a sua riqueza e diversidade.

A educação para as relações étnico-raciais pode oferecer contribuições ao trabalho pedagógico em diferentes modalidades de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior, nos processos de formação continuada e na sensibilização e comprometimento de gestores públicos e professores que assumem os desdobramentos necessários para transformar as políticas de Educação em políticas de Estado e não de governo, pois segundo o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Sabe-se que hoje há correlação entre pertencimento étnico-racial e sucesso escolar, indicando, portanto, que é necessária firme determinação para que a diversidade cultural brasileira passe a integrar o ideário educacional, não como um problema, mas como um rico acervo de valores, posturas e práticas que devem conduzir ao melhor acolhimento e maior valorização dessa diversidade no ambiente escolar (BRASIL, 2004, p.9).

Nesse sentido, a Lei 10.639, como política pública, quando implantada, pode sensibilizar, despertar interesses, apontar caminhos para uma escola mais inclusiva, que

contemple a todos e todas em suas diferentes maneiras de ser e auxiliem na garantia do direito de aprender e se reconhecer diante do aprendido, atribuição que compete a cada professor em suas práticas, a cada equipe gestora, a cada um e todos nós, sujeitos históricos e responsáveis pela reconstrução de um país, que deveria se orgulhar de ser multicultural.

Portanto, fez-se necessário pensar em práticas pedagógicas que incorporem a discussão em sua totalidade, gerando assim uma tecnologia educativa como prática metodológica que alinhada com as diretrizes da Lei 10.639 contribua para a discussão em sala de aula sobre uma educação antirracista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta etapa, foi elaborado o conteúdo a partir dos resultados da literatura científica durante o levantamento das informações, buscando-se adaptar as orientações de Moreira, Nóbrega e Silva (2003), que dizem que o profissional deve considerar para elaborar tecnologias educativas de modo a torná-las legíveis, compreensíveis, eficazes e culturalmente relevantes, as quais explicam os aspectos ligados com: (1) Linguagem: comunicar uma mensagem de credibilidade que está relacionada com o autor e a fonte da mensagem, devendo ambos ser confiáveis e apropriados ao contexto socioeconômico e cultural; (2) Ilustração: para a legibilidade e compreensão de um texto, sua função é atrair o leitor, despertar e manter seu interesse pela leitura; (3) Layout: tornam o material mais fácil de ler e mais atraente para o leitor.

As tecnologias educativas foram desenvolvidas na perspectiva de uma fácil aplicação entre os grupos de alunos, viabilizando a melhor compreensão deste público, planejadas de forma que pudessem ser atrativas, coerentes, claras, objetivas, utilizando uma linguagem de fácil compreensão e atendendo o contexto sociocultural do ambiente escolar. Mendonça (2013) aponta a necessidade de adaptação da linguagem no processo de aproximação do conteúdo científico a diferentes públicos.

Portanto, a importância da elaboração de estratégias (materiais de divulgação), para tornar determinadas temáticas atrativas e promover a integração do conhecimento científico com a divulgação de novos conhecimentos à comunidade em geral, vem sendo uma dinâmica fundamental para o desenvolvimento científico e social, sobretudo quando está em um formato digital, auxiliando ainda na divulgação, entendimento e aplicabilidade da lei.

Uma das principais características estruturais das tecnologias educativas é a presença de textos didáticos e a inserção de narrativas quadrinizadas, as quais empregam personagens fictícios, imagens, ou geralmente caricaturais, atuando numa narrativa com a voz do senso comum. Ainda é possível mesclar as narrativas quadrinizadas e textos didáticos e/ou informativos (MENDONÇA, 2013) e uso de cores atrativas. Desta maneira, optou-se por textos didáticos e os desenhos foram elaborados com sentenças curtas, empregando palavras comuns em vez de termos técnicos.

Quando o autor faz uso de palavras incomuns, o material pode não ser atraente para o leitor e este pode desconsiderar as orientações dadas por falta de compreensão. Toda essa preocupação metodológica, reflete na prática e no uso pedagógico das tecnologias educativas, ao torná-las mais atrativas, facilitando o processo de ensino-aprendizagem e tornando a discussão dos conteúdos abordados mais dinâmicos, ampliando as possibilidades de compreensão do estudante.

A primeira tecnologia educativa, do tipo blog educativo, foi elaborada com o intuito de promover uma articulação dos conceitos que possam dar subsídios para a promoção de uma educação antirracista, podendo ser manuseada por educadoras e educadores em seu trabalho. Procurou-se oferecer alguns elementos capazes de causar impacto positivo na educação e contribuir nas respostas às perguntas que possam surgir ao debater sobre os tipos de racismo (Figura 1).

Figura 1: Tecnologia Educacional Antirracista do tipo blog educativo.



Fonte: Registro elaborado pelos estudantes, 2024.

Na segunda tecnologia educativa, do tipo site, aborda-se a relevância dos saberes e tradições ancestrais dos diversos grupos étnicos escravizados no contexto da diáspora africana. As relações construídas nas Américas foram baseadas na exploração e usurpação da identidade étnica desses povos, de modo que a tecnologia buscou fomentar o processo de organização das religiões negras no Brasil através do contato dos diversos povos africanos que resultou no surgimento de religiões como o candomblé e a umbanda. (Figura 2).

Figura 2: Tecnologia Educacional Antirracista do tipo site eletrônico.



Fonte: Registro elaborado pelos estudantes, 2024.

Nesse sentido, a criação das tecnologias educativas no ambiente escolar se faz de grande importância para a relação entre alunos e professores e a qualidade da assistência pedagógica. Assim, os materiais propostos neste estudo tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma prática pedagógica antirracista que contemple a abordagem das culturas africana em sala de aula, tomando como base a lei 10.639 e os conteúdos de sala de aula, na busca pela superação dos preconceitos e do racismo que, embora velada, existe no chão da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o presente artigo buscou discutir a relevância das tecnologias e inovações no contexto da promoção do antirracismo, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar para a construção de uma sociedade inclusiva. Ao longo do

texto, analisamos de que forma a tecnologia pode ser utilizada como uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo, possibilitando a disseminação de informações, a mobilização social e a criação de espaços de diálogo.

Foi possível constatar que as tecnologias digitais têm desempenhado um papel fundamental na visibilidade das questões raciais, facilitando a denúncia de práticas discriminatórias, a articulação de movimentos sociais e a mobilização de pessoas em prol do combate ao racismo. Além disso, também discutimos as limitações e desafios que envolvem o uso dessas tecnologias, como a disseminação de discursos de ódio e a falta de acessibilidade para determinados grupos.

Foi destacado o papel da interdisciplinaridade como uma abordagem necessária para a promoção do antirracismo, enfatizando a importância do diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, a comunicação, a psicologia e a tecnologia. Através dessa integração de saberes, é possível desenvolver estratégias mais efetivas de enfrentamento ao racismo, considerando suas múltiplas dimensões e impactos na sociedade.

Por fim, é fundamental ressaltar que a promoção do antirracismo é uma tarefa coletiva e contínua. Nesse sentido, o uso das tecnologias e inovações deve ser integrado a esforços políticos, educacionais e sociais, visando a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. A reflexão crítica sobre o papel das tecnologias na promoção do antirracismo é um passo importante para a conscientização e transformação social, contribuindo para a construção de um futuro mais justo e plural.

REFERÊNCIAS

BARROS, Fernanda Lícia de Santana. **Cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar**: desafios e possibilidades na formação de professores. Encontro da Linha de Educação, Currículo e Ensino da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: Imprece, 2013.

BRASIL. (2004). Parecer do CNE/CP 003/2004, aprova em 10 de março de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC.

CAVALLEIRO, Eliane. (1998). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Editora Selo Negro.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidades e afrodescendência na educação brasileira. In; Luz, Narcimária Correia do Patrocínio (Org.). **Descolonização e educação**: diálogo e proposições metodológicas. Curitiba: CRV, 2020.

- DESLAURIERS, J. –P. (1991). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes.
- DIAS, Lucimar Rosa. (2004). **Quantos passos já foram dados?** A questão de raça nas leis educacionais. Da LDB de 1961 à Lei 10.639/03. Revista Espaço Acadêmico. São Paulo: USP, n. 38, p. 38.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: **Atlas**, 2006, 206 p.
- LUZ, Marco Aurélio. **Cultura negra e ideologia do recalque**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. **Cartilhas educativas**: notas sobre gênero e cognição. (Monografia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.
- MOREIRA, M. F.; NÓBREGA, M. M. L.; SILVA, M. I. T. **Comunicação escrita**: contribuição para a elaboração de material educativo em saúde. Rev. Bras. Enferm., [S. I.], v. 56, nº 2, p. 184-188, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. (2005). **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. São Paulo: Autêntica.
- NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: **Editora Filhos da África**, 2019.
- POLIT, D. F; BECK C. T. **Fundamentos de Pesquisa em enfermagem**: avaliação de evidências para as práticas da enfermagem. 7a ed. Porto Alegre (RS): Artmed; p. 669, 2011.
- RIBEIRO, D. (1995). **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras. P.222.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSSO, Camila. (2007). **Igualdade das relações étnico raciais na escola**: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/03. São Paulo: Petrópolis Ação Educativa e CEERT.
- TELLES, Edward. (2003). **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford.